

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005127-23.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Consórcio**
 Requerente: **Antonio Carlos Redondo e outros**
 Requerido: **Itaú Administradora de Consórcios**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

ANTONIO CARLOS REDONDO e CARLOS AMAURILHO REDONDO ajuizaram a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO**, todos devidamente qualificados nos autos.

Alegam os autores, em síntese, que são irmãos de Neusa Maria Redondo, falecida em 26/09/2016; a falecida participava do grupo de consórcio do bem “70% IDEA ESSENCE1”, no valor de R\$ 38.199,00, além de ter firmado, um seguro prestamista do grupo de consórcio. Em razão do óbito do colateral o consórcio foi quitado totalmente. Ao comunicarem o sinistro e solicitarem o pagamento do bem objeto do consórcio, receberam a recusa, com a justificativa da necessidade de apresentação de documentação do outro irmão/herdeiro. Ocorre que o herdeiro Jorge, se nega a requerer seus direitos, entregar os documentos solicitados e assinar os formulários. Como não podem ser prejudicados pela inércia do outro irmão/herdeiro, requerem a procedência da ação para que a requerida seja condenada a pagar suas cotas. Juntaram documentos às fls. 05/37.

Intimado para, querendo, integrar o polo ativo, o Sr. Jorge Luis Redondo manifestou seu interesse através de petição que foi juntada às fls.44/46, passando a integrar a lide.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação, alegando que não atendeu o pedido, pois os autores não enviaram todos os documentos necessários para a disponibilização do valor. Agiu no exercício regular de direito exigindo a documentação necessária ao pagamento. No



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 57/75.

Sobreveio réplica às fls. 76/77.

Instados à produção de provas (fl.87) os requerentes manifestaram desinteresse (fls. 92/91) e o requerido permaneceu inerte (cf. certidão de fl. 92).

É o relatório.

Decido.

Pretendem os autores o pagamento da Cota Parte do valor do consórcio em razão do falecimento de sua irmã (1/3 para cada um).

Neusa Maria Redondo, firmou contrato de consórcio de veículos com a instituição ré; na ocasião contratou também um seguro prestamista para garantir a quitação ou amortização da dívida relacionada ao financiamento em caso de morte. Por consequência, depois de seu passamento o contrato de consórcio foi integralmente quitado.

Não há discussão a respeito.

A controvérsia reside no fato de os autores não terem apresentado administrativamente os documentos necessários ao pagamento do crédito referente ao contrato nº 2761342.

A ré não nega o pagamento propriamente dito.

A documentação exibida (fls. 35), agora no processo, indica que ANTONIO CARLOS, CARLOS AMAURILHO E JORGE LUIS são irmãos da falecida e assim tem direito ao crédito previsto na cláusula 1 – “GARANTIAS” do contrato, uma vez que ela, conforme documento de fls. 32, faleceu sem deixar bens, testamento e filhos.

O valor segurado deve receber atualização monetária a partir da data do evento que originou a obrigação, que é o falecimento da contratante (26/09/2016 – fls. 32).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O mais correto é estabelecer a condenação ao pagamento do valor pedido na inicial, especificamente as fls. 03, item “b”, ou seja, R\$ 26.721,33 (vinte e seis mil e setecentos e vinte e hum reais e trinta e três centavos). Desta maneira, ajusta-se necessidade das providências nos termos contratuais e aos pedidos.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para o fim de condenar a requerida, **ITAU ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO**, a pagar aos autores, **ANTONIO CARLOS REDONDO, CARLOS AMAURILHO REDONDO e JORGE LUIS REDONDO**, o valor de R\$ 26.721,33 (vinte e seis mil e setecentos e vinte e hum reais e trinta e três centavos), com correção a contar de 26/09/2016 e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Ante a sucumbência, fica também a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono dos autores, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito de seus respectivos clientes.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 a 525 do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min